
A DISSOLUÇÃO DA VIDA ADULTA E A JUVENTUDE COMO VALOR

Guita Grin Debert

Universidade Estadual de Campinas – Brasil

Resumo: Três processos inter-relacionados dão uma configuração específica à dissolução da vida adulta nas sociedades contemporâneas: 1) o alargamento da faixa etária do segmento considerado jovem da população; 2) o desdobramento das etapas mais avançadas do ciclo da vida em novas categorias etárias; 3) a transformação da juventude em um valor, que pode ser conquistado em qualquer etapa da vida através da adoção de formas de consumo e estilos de vida adequados. Com base no modo como essas mudanças são representadas na mídia e analisadas na literatura acadêmica, o argumento central é que numa sociedade altamente hierarquizada como a brasileira, a vida adulta ganha uma dupla significação: quando a referência são os setores economicamente mais privilegiados o adulto indica um “consumidor que falhou”, porque foi incapaz de adotar estilos de vida e formas de consumo para manter a juventude; quando a referência são os mais pobres, indica uma espécie de fantasia inatingível, porque os pobres são discriminados como indivíduos incapazes de alcançar um estágio da vida marcado pela maturidade, responsabilidade e compromisso.

Palavras-chave: ciclo da vida, curso da vida, consumo e estilos de vida, vida adulta.

Abstract: Three intertwined social processes give a special configuration to the dissolution of adult life in contemporary societies. (1) the extension of the age range of the young segment of the population; (2) the creation of new categories to demarcate the later stages of the life cycle 3) the transformation of youth into a commodity, a value that should be attained at any stage of life through the adoption of adequate forms of consumption and lifestyles. Based on how these changes are represented in the media and analyzed in the academic literature, the central argument is that the adulthood acquires different meanings in contemporary Brazilian hierarchical society: when referring to the privileged sectors of our society that figure indicates a “failed consumer” who are incapable of adopting appropriate lifestyles and forms of consumption targeted at ensuring youthfulness; when referring to the poor it indicates a sort of “unattainable fantasy”, because the poor are discriminated as individuals unable to reach a stage characterized by maturity, responsibility and commitment.

Keywords: adulthood, life course, life cycle, lifestyles and consumer.

“Somente o creme Barbalho/ Tornará todo grisalho/ Vosso cabelo juvenil/ Garantindo-lhe o respeito/ De um ar sisudo e senil/ Em cargos de grande efeito!” Com esse reclame, Nicolau Sevckenko (1998, p. 5) abre um artigo em que mostra a grande demanda por um envelhecimento precoce que marcou a juventude no Brasil no início do século XX:

Tônicos para encorpar e ganhar peso, corantes para barbas e bigodes ralos, óculos e monóculos de vidros grossos e até uma sinistra pomada para amarelar dentes e unhas! Isso sem contar todo o repertório de recursos destinados a manifestar veneranda austeridade: suíças, cãs, casacas, cartolas, bengalas, cebolões, charutos, anéis de cabochão, polainas e comendas. Um vasto arsenal, cujo efeito cumulativo deveria somar a mais avançada idade possível para o portador.

De acordo com esse autor, na sociedade de arrivistas da *belle époque*, a cena pública foi invadida por uma legião de “recém-enriquecidos” que, na pressa de substituir as elites senhoriais, disfarçava tanto a obscuridade da sua origem como o caráter repentino de sua ascensão social. Simular estirpe, tradição e autoridade na busca de um ar senhoril requeria a aquisição de pacotes de velhice instantânea que o mercado se apressava em divulgar.

O envelhecimento prematuro da população brasileira impressiona viajantes e historiadores que, no século XVIII, contrastavam a beleza e a sensualidade das meninas na sociedade escravocrata com o que Gilberto Freyre (2001, p. 401) considerava “o desmazelo do corpo das matronas de mais de dezoito anos”.

Em suas *Letters from Island of Teneriff, Brazil, The Cape of Good Hope and East Indies*, Mrs. Kindersley, em 1777, comentava que as mulheres da elite na colônia brasileira “look old very early in life” e perdiam rapidamente a delicadeza e o encanto que as caracterizava; Mrs. Graham, em seu *Journal of a voyage to Brazil*, viagem feita entre 1821 e 1823, é mais veemente, considerando que as mulheres da elite na Bahia “almost indecently slovenly, after very early youth” (cf. Freyre, 2001, p. 400). Da mesma forma, tratando do Rio de Janeiro, nas primeiras décadas do século XIX, John Luccock diz que as mulheres de elite “aos 18 anos já matronas, atingiam a completa maturidade. Depois dos vinte decadência. Ficavam gordas, moles. Criavam papadas. Tornavam-se pálidas. Ou então murchavam [...] feias, de buço, um ar de homem ou virago” (Freyre, 2001, p. 402).

O envelhecimento prematuro afetava também os meninos da elite no período, como mostram Kidder e Fletcher (1857, p. 176), tratando dos brasileiros de meados do século XIX:

He is made a “little old man” before he is twelve years of age, – having his stiff black silk hat, standing collar, and cane; and in the city he walks along as if everybody were looking at him, and as if he were encased in corsets. He does not run, or jump, or trundle hoop, or throw stones, as boys in Europe and North America.

A valorização da juventude como uma etapa da vida marcada pelo dinamismo e criatividade é muito mais recente, da mesma forma que a construção do jovem como símbolo da rebeldia e da insurreição contra a hipocrisia só pode ser plenamente compreendida como um produto do contexto do pós-guerra.

Considerando que as etapas em que a vida se desdobra são relacionais e performáticas, o argumento central deste trabalho é que assistimos a um duplo processo que redesenha os estágios que marcam o envelhecimento e dissolve a vida adulta como uma experiência ou etapa de maturidade, responsabilidade e compromisso.

Por um lado, a juventude perde conexão com um grupo etário específico e passa a significar um valor que deve ser conquistado e mantido em qualquer idade através da adoção de formas de consumo de bens e serviços apropriados. Por outro lado, a velhice perde conexão com uma faixa etária específica e passa a ser um modo de expressar uma atitude de negligência com o corpo, de falta motivação para a vida, uma espécie de doença autoinflingida, como são vistos hoje, por exemplo, o fumo, as bebidas alcoólicas e as drogas.

Os dados sobre os setores jovens da população tendem a ampliar a faixa etária desse segmento que, nas pesquisas demográficas brasileiras, passa a englobar aqueles que têm até 24 anos. Da mesma forma, o grupo que compreende os setores mais velhos da população é desdobrado em vários outros segmentos: a meia-idade, a aposentadoria ativa, a terceira idade. Cada um desses estágios tem pouca relação com a representação da velhice como um período de retraimento e sobriedade. Pelo contrário, eles têm sido transfigurados em momentos propícios para a satisfação pessoal, para a realização de sonhos que foram abandonados em outras etapas da vida, para a exploração de novas formas de autoexpressão e identidades.

Os temas do “nesting syndrome” para caracterizar os adultos que não querem abandonar a casa dos pais, dos “kidults” ou da “adolescentização” das etapas mais avançadas da vida têm servido para indicar uma nova configuração social, na qual a diferença de idades e a própria ideia de ciclos da vida parecem perder significado.

É próprio da sociedade de consumo fazer do direito de escolha um dever de todos. Os indivíduos que se mostram incapazes de aumentar sua autoestima e fazer da vida uma experiência gratificante são vistos como uma espécie de consumidores falhos que não souberam adotar bens e serviços adequados.

Na exploração do modo como as mudanças no curso da vida são descritas, o interesse deste artigo é destacar os novos tipos de hierarquia social que a radicalização da ideia de construção social dos ciclos da vida gera e alimenta no estímulo a um tipo determinado de consumismo.

Os kidults, as lobas e a terceira idade

Com o título *A síndrome dos kidults*, o sociólogo inglês Frank Furedi (2004) trata da crescente infantilização da cultura contemporânea que tem se alastrado pela universidade, literatura, TV, cinema e arte em todo o mundo. O artigo começa com o relato do impacto causado durante um passeio no *campus* da Universidade de Kent, em Canterbury, no Reino Unido, em que o autor se depara com um grupo de jovens universitários assistindo a *Teletubbies*. Como explicar o interesse desse grupo de jovens entre 18 e 21 anos por um programa feito para crianças que ainda estão aprendendo a andar? O fato de uma proposta feita para um grupo etário mobilizar outro grupo muito diferente ocorre em várias ocasiões. É comum que atividades para a terceira idade, por exemplo, programadas para mobilizar o público acima dos 70 anos, acabem por atrair mulheres de 50 anos.¹

Furedi (2004), no entanto, apresenta um conjunto de dados que indicam um surpreendente alongamento da infância; que faz do “peterpandemônio” – um termo cunhado por dois publicitários americanos para caracterizar pessoas na casa dos 20 a 30 anos que buscam produtos que lhes tragam de volta a infância tida como uma fase da vida mais inocente e mais feliz – um grande

¹ Sobre os programas para a terceira idade, ver Debert (1999).

negócio em todo o planeta. O grupo britânico de pesquisas de mercado Mintel, em 2002, mostrou que 43% dos jovens de 20 a 24 anos citaram como uma de suas escolhas favoritas de presentes para dar ou receber no dia dos namorados é um bichinho de pelúcia. A Playmate Toys hoje dirige suas promoções aos adultos, tendo percebido que os consumidores potenciais de seus bonecos Simpsons não são apenas as crianças, mas também adultos na faixa dos 18 aos 35 anos.

A nostalgia da infância não é um fenômeno apenas anglo-americano. A Hello Kitty, uma gatinha branca cuja marca registrada é uma flor ou um laço vermelho, tem popularidade tremenda entre os adultos japoneses. Profissionais e funcionárias de escritório levam material de escritório Hello Kitty para o trabalho, conversam com seus amigos em celulares Hello Kitty e usam gravatas do Snoopy.

Manifestação dessa cultura infantil que atinge o público adulto pode ser identificada na mídia. As cifras de audiência da rede Cartoon entre telespectadores de 18 a 34 anos de idade são surpreendentemente grandes, e dois dos maiores sucessos de Hollywood em 2001 foram *Shrek* e *Monstros S.A.* Esses dados apresentados por Furedi (2004) levam o autor à conclusão que Peter Pan, o garoto que não queria crescer, teria poucas razões para fugir de casa se vivesse em Londres, Nova York ou Tóquio.

As expressões “geração-bumerangue”, “solteiros parasitas” ou “adultos corresidentes” chamam a atenção para uma outra dimensão da infantilização da vida adulta, na medida em que têm como referência o fato de um número cada vez maior de homens e mulheres entre 20 e 35 anos continuar vivendo ou voltar a morar na casa dos pais.²

A explicação mais comum usada para justificar o interesse pela casa dos pais é a econômica: os adultos jovens não têm condições de viver só ou acham difícil tentar viver uma vida de conforto. Furedi (2004), no entanto,

² Na Inglaterra, a edição de 2002 da Social Trends constatou que quase um terço dos homens entre 20 e 35 anos ainda vive com os pais, contra apenas um em cada quatro em 1977-1978. O número cada vez maior de adultos que continuam a viver com os pais faz parte de um fenômeno internacional que Furedi (2004) ilustra fazendo referência a pesquisas feitas no Japão, onde 70% das solteiras de 30 a 35 anos que trabalham vivem com seus pais, ou nos EUA, onde o número de filhos adultos que residem com os pais vem subindo, desde a década de 1970, representando hoje cerca de 18 milhões de jovens na faixa dos 20 aos 34 anos, ou cerca de 38% dos adultos solteiros jovens. Sobre essa volta a casa paterna no Brasil, ver Peixoto e Luz (2007).

contesta essa hipótese, ao comentar a riqueza relativa dos jovens solteiros de 20 a 34 anos. O *boom* recente na venda de produtos de luxo vem sendo movido pelo consumo conspícuo dos solteiros parasitas ou filhos-bumerangue, vistos como consumidores com uma renda disponível muito alta. Em suas palavras:

A insegurança econômica pode ajudar a explicar por que alguns filhos crescidos ainda vivem com seus pais, mas não ajuda muito a lançar luz sobre o processo como um todo. [...] Tradicionalmente, os jovens, homens e mulheres, saíam de casa não porque existia a probabilidade de a vida não custar tão caro, mas em razão da decisão de se assumir de forma independente. Para muitos deles, o desconforto relativo da pobreza em curto prazo era um preço que valia a pena pagar em troca da promessa de liberdade oferecida pela vida independente. Não é tanto uma exigência financeira quanto a dificuldade que os jovens têm de conduzir seus relacionamentos que ajuda a explicar o porquê de alguns deles estarem optando por morar com mamãe e papai. (Furedi, 2004, p. 6-7).

A ideia da vida adulta como uma experiência de maturidade e independência é também bombardeada quando a atenção se volta para as etapas mais avançadas da vida. A expressão “adultescente” se refere a uma geração um pouco mais velha – pessoas de 35 a 45 anos – que se veem como estando na vanguarda da cultura jovem. É para a erosão da linha divisória entre as faixas etárias no mundo da moda que se volta Álvaro Machado (1998), num artigo publicado no Caderno Mais! da *Folha de S. Paulo*, declarando que nessa área a adultescência é um fenômeno cada vez mais frequente:

Estilistas e donos de confecção têm suas produções atravessadas pelo dilema de que as roupas devam ter um ar jovem, mas também trabalham com o dado de que grande parte de seus consumidores se encontra não entre os adolescentes, mas entre os adultescentes. Tufi Duek, proprietário da Forum e Triton, duas das mais famosas marcas de roupas para jovens, surpreendeu-se recentemente com uma pesquisa que encomendou, a partir da qual concluiu que metade dos compradores da Forum é composta de “gente madura buscando se apresentar de modo jovem”. “Tomei um choque com a participação do consumidor de mais de 30 anos”, diz o estilista e empresário. “[...] 42% do nosso público masculino e 40% do feminino estiveram acima de 30 anos, considerando ainda que 8% do total preferiu não declarar idade” [...]. Duek atribui o consumo adultescente à “natureza do brasileiro, que procura cultivar o corpo e alimenta cultura de praia”.

O modo como um conjunto de significados associados ao jovem passa a ser acionado por setores mais velhos é também evidente na publicidade e nas novelas.

Até os anos 1970 imagens de rebelião e subversão de padrões culturais estavam estreitamente associadas a personagens jovens. Desde os anos 1990 essas imagens são associadas também a pessoas mais velhas. É o caso da propaganda do micro-ondas em que uma velhinha diz que quer ter mais tempo para fazer sexo, ou da propaganda da família que encontra a vovó na cama com um velho e ouve dela que os filhos e netos não devem se preocupar porque o casal de idosos vai se casar.³ O mesmo ocorre nas telenovelas. Homens e mulheres velhos ou em fases avançadas da vida adulta servem não apenas de suporte às imagens de poder e riqueza, mas são personagens envolvidas em casos amorosos com indivíduos mais jovens dispostos a revolucionar a moralidade sexual, denunciar a corrupção política e adotar estilos de vida alternativos.

Os jovens, pelo contrário, tendem a ser retratados como indivíduos muito dependentes da orientação dos pais ou como adultos prematuros empenhados em controlar a irresponsabilidade dos pais e lembrá-los de que é preciso amadurecer. Os personagens mais jovens tendem ainda a ser retratados como indivíduos dispostos a se servirem de todos os meios para ascender socialmente. Não está ausente das novelas a referência a manifestações identificadas com a cultura jovem (como por exemplo, os góticos, *darks*, *punks*, *skinheads*) ou às gangues de jovens envolvidos na violência urbana e que aterrorizam a família e os vizinhos. Mas a tendência desses personagens, no transcorrer das narrativas, é de abandonar essas práticas à medida que se envolvem em relações amorosas ou encontram sua vocação profissional.

O embaçamento das fronteiras entre as idades ganha destaque em enredos que se organizam em torno dos conflitos envolvidos nas situações em que mãe e filha compartilham, simultaneamente, de eventos como o namoro, o casamento, a gravidez.

Subir um pouco mais nas faixas etárias é ver que a criação da terceira idade foi também acompanhada de um interesse crescente pela imposição da adolescência a outros momentos da vida adulta.

³ Sobre o tema, ver Debert (2003).

A invenção da terceira idade, como mostra Laslett (1987), revela uma experiência inusitada de envelhecimento, cuja compreensão não pode ser reduzida aos indicadores de prolongamento da vida nas sociedades contemporâneas. De acordo com esse autor, essa invenção requer a existência de uma “comunidade de aposentados” com peso suficiente na sociedade, demonstrando dispor de saúde, independência financeira e outros meios apropriados para tornar reais as expectativas de que esse período é propício à realização e satisfação pessoal.

As mudanças na estrutura de emprego levaram a uma ampliação das camadas médias assalariadas e a novas expectativas em relação à aposentadoria, que – englobando um contingente cada vez mais jovem da população – deixou de ser um marco na passagem para a velhice, uma forma de garantir a subsistência daqueles que, por causa da idade, não estão mais em condições de realizar um trabalho produtivo.⁴

Lenoir (1979) mostra que, na França, a partir dos anos 1970, um novo mercado da previdência é criado, transformando os fundos de pensão em agências financeiramente poderosas que, na condição de estarem entre os maiores investidores institucionais, têm o poder de ditar as regras e os ritmos dos mercados financeiros.⁵

A concorrência entre esses grupos financeiros leva-os não apenas a assegurar um rendimento mensal aos aposentados, mas também a oferecer uma série de outras vantagens e serviços, tais como férias, clubes e diferentes tipos de alojamento. Empregando profissionais em diferentes áreas de formação, na pesquisa das condições de vida e das necessidades dos velhos, essas instituições contribuíram ativamente para a invenção da terceira idade e inspiraram o trabalho com essa categoria em outros contextos, como no caso brasileiro.⁶

Acompanha o crescimento desse mercado a criação de uma nova linguagem em oposição às antigas formas de tratamento dos velhos e aposen-

⁴ Sobre a aposentadoria, ver Debert e Simões (1994) e Simões (2000).

⁵ Sobre os fundos de pensão no Brasil, ver Grin (2003). No Brasil, com um patrimônio calculado em US\$ 18 bilhões, existem 250 fundos de pensão com 2 milhões de associados que, somados aos seus dependentes, totalizam 8 milhões. Até o final da década, a Associação Brasileira da Previdência Privada estima que esse número chegue a 40 milhões, com a criação de mais 750 fundações; no total seriam mil entidades patrocinadas por cerca de 8100 empresas (cf. Folha de S. Paulo, 1991).

⁶ Stucchi (1998), na análise que faz dos programas de preparação para a aposentadoria, mostra como os fundos de pensão das empresas estatais no Brasil tiveram um papel ativo na promoção desses novos padrões de aposentadoria.

tados: a terceira idade substitui a velhice; a aposentadoria ativa se opõe à aposentadoria; o asilo passa a ser chamado de centro residencial, o assistente social, de animador social e a ajuda social ganha o nome de gerontologia. Os signos do envelhecimento são invertidos e assumem novas designações: “nova juventude”, “idade do lazer”. Da mesma forma, invertem-se os signos da aposentadoria, que deixa de ser um momento de descanso e recolhimento para tornar-se um período de atividade e lazer. Não se trata mais apenas de resolver os problemas econômicos dos idosos, mas também de proporcionar cuidados culturais e psicológicos, de forma a integrar socialmente uma população tida como marginalizada. É nesse momento que surgem os grupos de convivência e as universidades para a terceira idade como formas de criação de uma sociabilidade mais gratificante entre os mais velhos.⁷

As novas imagens do envelhecimento e as formas contemporâneas de gestão da velhice no contexto brasileiro são ativas na revisão dos estereótipos pelos quais o envelhecimento é tratado. Oferecem também um quadro mais positivo do envelhecimento, que passa a ser concebido como uma experiência heterogênea em que a doença física e o declínio mental, considerados fenômenos normais nesse estágio da vida, são redefinidos como condições gerais que afetam as pessoas em qualquer fase. Possibilitaram, ainda, a abertura de espaços para que novas experiências de envelhecimento pudessem ser vividas coletivamente. Neles, é possível buscar a autoexpressão e explorar identidades de um modo que era exclusivo dos jovens.

Essas imagens que bombardeiam a ideia da vida adulta como um momento de maturidade, independência, responsabilidade e compromisso levam a visão do curso da vida pós-moderno, em que a idade cronológica perde relevância.

Pós-modernidade e os ciclos da vida

Pensar nas mudanças no curso da vida nas sociedades ocidentais contemporâneas tem levado autores a considerarem que a história desta civilização estaria marcada por três etapas sucessivas, em que a sensibilidade investida na idade cronológica é radicalmente distinta: a pré-modernidade, em que a idade

⁷ Sobre as Universidades da Terceira Idade, ver Guerreiro (1993), Lima (1999) e Cachioni (2003).

cronológica é menos relevante do que o *status* da família na determinação do grau de maturidade e do controle de recursos de poder; a modernidade, que teria correspondido a uma cronologização da vida; e a pós-modernidade, que operaria uma desconstrução do curso da vida em nome de um estilo unietário.

Quando se discutem as idades na pré-modernidade, geralmente as referências são as obras de Ariès (1991) e Elias (1990). Em seu estudo sobre a infância, Ariès (1991) mostrou como essa categoria foi sendo construída a partir do século XIII, ampliando a distância que separava as crianças dos adultos. Na França medieval, as crianças não eram separadas do mundo adulto; a partir do momento em que sua capacidade física permitisse e em idade relativamente prematura, participavam integralmente do mundo do trabalho e da vida social. A noção de infância desenvolveu-se lentamente ao longo dos séculos e só gradualmente essa fase passou a ser tratada de uma forma específica. Roupas e maneiras adequadas, jogos, brincadeiras e outras atividades passaram a distinguir a criança do adulto. Instituições específicas, como as escolas, foram criadas e encarregadas de atender a população infantil e prepará-la para a idade adulta.

Contra a visão que considera que as crianças no passado comportavam-se como adultos responsáveis, Elias (1990), em seu trabalho sobre o processo civilizatório, sugere que o comportamento dos adultos na Idade Média era muito mais solto e espontâneo. Os controles sobre as emoções eram menos acentuados e sua expressão, como ocorre com as crianças, não carregava culpa ou vergonha. A modernidade teria aumentado a distância entre adultos e crianças, não apenas por considerar a infância como uma fase de dependência, mas também pela construção do adulto como um ser independente, com maturidade psicológica e com direitos e deveres de cidadania.

Tratar das transformações históricas ocorridas com a modernização é também chamar a atenção para o fato de que o processo de individualização – e o individualismo como valor próprio da modernidade – teve na institucionalização do curso da vida uma de suas dimensões fundamentais. Os valores de igualdade e liberdade estão associados a estágios da vida que foram claramente definidos e separados, e a fronteira entre eles passou a ser dada pela idade cronológica. É nesse sentido que a expressão “cronologização da vida” é usada por Kohli e Meyer (1986) para caracterizar as transformações na forma como ela é periodizada, no tempo de transição de uma etapa para outra, na sensibilidade investida em cada um dos estágios, mas também para definir

o caráter do curso da vida como instituição social. Essa institucionalização crescente teria envolvido praticamente todas as dimensões do mundo familiar e do trabalho e está presente na organização do sistema produtivo, nas instituições educativas, no mercado de consumo e nas políticas públicas que, cada vez mais, têm como alvo grupos etários específicos.

Na explicitação das razões que levaram à cronologização da vida, pesos distintos podem ser atribuídos a dimensões diversas. A padronização da infância, adolescência, idade adulta e velhice pode ser pensada como resposta às mudanças econômicas, devidas sobretudo à transição de uma economia que tinha como base a unidade doméstica para outra baseada no mercado de trabalho. Inversamente, ênfase pode ser dada ao Estado moderno, que – na transformação de questões que diziam respeito à esfera privada e familiar em problemas de ordem pública – seria, por excelência, a instituição orientadora do curso da vida, regulamentando todas as suas etapas, desde o momento do nascimento até a morte, passando pelo sistema complexo de fases de escolarização, entrada no mercado de trabalho e aposentadoria.⁸

É, entretanto, para o processo de descronologização que as novas categorias etárias parecem apontar. Tais categorias são ativas na sugestão de que a ideia de papéis sequenciados, extremamente divididos por idades, não captaria a realidade de uma sociedade que atinge o nível de desenvolvimento tecnológico contemporâneo. É essa questão que leva Held (1986) a propor que uma das características marcantes da experiência pós-moderna seria a “desinstitucionalização” ou a “descronologização da vida”. Sua argumentação tem como base as mudanças ocorridas no processo produtivo, no domínio da família e na configuração das unidades domésticas.

Na esfera da produção, as mudanças relacionadas com a informatização, a velocidade na implementação de novas tecnologias e a rapidez na obsolescência das técnicas produtivas e administrativas fazem com que a relação entre as grades de idade e a carreira seja obliterada, na medida em que conhe-

⁸ Obviamente, quando se procura estabelecer uma relação entre modernidade e cronologização da vida, é preciso levar em conta as variações nas etapas e na extensão em que o seu curso é periodizado em sociedades modernas distintas, bem como o tipo de sequência cronológica que caracteriza a experiência de diferentes grupos sociais em uma mesma sociedade; é, sobretudo, importante refletir sobre a especificidade do curso da vida das mulheres.

cimentos anteriormente adquiridos frequentemente tornam-se obstáculos para a abertura e a adaptação às inovações.

No domínio da família, desenvolvimentos recentes na distribuição de eventos demográficos como casamentos, maternidade, divórcios e tipos de unidade doméstica apontariam uma sociedade em que a idade cronológica é irrelevante: mais do que mudanças de uma forma para outra, teríamos uma variedade nas idades do casamento, do nascimento dos filhos e nas diferenças de idades entre pais e filhos. As obrigações familiares tenderiam a se desligar da idade cronológica. A mesma geração, em termos de parentesco, apresenta uma variedade cada vez maior em relação à idade cronológica (mães pela primeira vez aos 16 e aos 45 anos), e gerações sucessivas, do ponto de vista da família, pertencem ao mesmo grupo de idade como, por exemplo, mães e avós na mesma faixa etária.

O estabelecimento de uma unidade doméstica independente pode ocorrer em qualquer idade sem marcar, necessariamente, o início de uma nova família, de forma que pessoas de idades cronológicas muito distintas podem ter uma experiência similar em termos de situação de moradia.

O trabalho de Meyrowitz (1985) sobre o impacto da mídia eletrônica no comportamento social vai na mesma direção. Esse autor sugere que a mídia tende a integrar mundos informacionais que antes eram estanques, impondo novas formas de comportamento que apagam o que previamente era considerado o comportamento adequado a uma determinada faixa etária. As crianças ganham, cada vez mais, acesso ao que antes era visto como aspectos da vida adulta, posto que a mídia dissolve os controles que os adultos tinham sobre o tipo desejável de informação às faixas mais jovens. As informações disponíveis, os temas que são objeto de preocupação, a linguagem, as roupas, as formas de lazer tenderiam cada vez mais a perder uma marca etária específica.

O curso da vida moderno é reflexo da lógica fordista, ancorada na primazia da produtividade econômica e na subordinação do indivíduo aos requisitos racionalizadores da ordem social. Tem como corolário a burocratização dos ciclos da vida, através da massificação da escola pública e da aposentadoria. Três segmentos foram claramente demarcados: a juventude e a vida escolar; o mundo adulto e o trabalho; e a velhice e a aposentadoria. O apagamento das fronteiras que separavam juventude, vida adulta e velhice e das normas que indicavam o comportamento apropriado aos grupos de idade é, segundo Moody (1993), o reflexo de uma sociedade pós-fordista, marcada pela informatização

da economia, pela desmassificação dos mercados de consumo, da política, da mídia e da cultura, e pela fluidez e multiplicidade de estilos de vida, frutos de uma economia baseada mais no consumo do que na produtividade.

Dessa perspectiva, tratar do curso da vida pós-moderno exige a revisão da maneira pela qual um fato universal é explicado. A presença das diferenças de idade em todas as sociedades foi compreendida como fruto de uma necessidade da vida social, expressa em termos do processo de socialização. Assim como as várias capacidades físicas necessárias para o desempenho de determinadas atividades estão relacionadas a diferentes estágios de desenvolvimento biológico, pressupõe-se o aspecto cumulativo dos vários conhecimentos necessários ao preenchimento dos papéis sociais, cuja aquisição consome tempo e implica uma progressão etária.⁹

Em outras palavras, a experiência contemporânea impõe a revisão das concepções da psicologia do desenvolvimento, em que o curso da vida é periodizado como uma sequência evolutiva unilinear, em que cada etapa, apesar das particularidades sociais e culturais, tem um caráter universal.

É certamente possível acionar um conjunto de exemplos para relativizar a radicalidade dessas transformações. As idades ainda são uma dimensão fundamental na organização social: a incorporação de mudanças dificilmente se faria sem uma nova cronologização da vida; seria um exagero supor que a idade deixou de ser um elemento fundamental na definição do *status* de uma pessoa. Essa flexibilização dos parâmetros anteriores do que seriam os comportamentos adequados e direitos e deveres próprios a cada faixa etária é, contudo, acompanhada da transformação das idades num laço simbólico privilegiado para a constituição de atores políticos e redefinição de mercados de consumo. Os aposentados são manchetes políticas em todos os jornais porque, apesar das diferenças em níveis de aposentadoria, o sentimento generalizado é de que essa questão não pode ser desconhecida pelo Estado como um tema específico. Jovens, crianças, adultos e idosos são categorias privilegiadas na produção da moda no vestuário, na criação de áreas específicas de saber e práticas profissionais e na definição de formas de lazer. O estatuto do menor é um tema em debate. Ao discurso que demanda a incorporação às crianças de

⁹ Ver, sobre o tema, Eisenstadt (1976) e ainda Debert (1999) para a discussão do modo pelo qual Meyer Fortes estabelece diferenças entre idade cronológica, idade geracional e níveis de maturidade.

direitos tidos como próprios dos adultos é, com a mesma força, contraposto um outro que enfatiza sua situação de dependência. Da mesma forma, nas considerações de que a velhice é uma nova juventude, uma etapa produtiva da vida, é sempre reiterado o direito à aposentadoria, a partir de uma determinada idade cronológica.

A afirmação da irracionalidade da razão, a crítica às pretensões universalistas e a valorização do pluralismo e do conhecimento local, próprios da pós-modernidade, certamente explicam a quebra da autoridade dos adultos, mas as idades são mecanismos poderosos e eficientes na criação de mercados de consumo, na definição de direitos e deveres e na constituição de atores políticos, sobretudo porque têm independência e neutralidade na relação com os estágios de maturidade física e mental. Tratar das idades cronológicas é reconhecer que elas ainda são um elemento fundamental na tarefa do Estado moderno, tão bem caracterizada por Michel Foucault, de regulação do corpo social com a produção de categorias de classificação e hierarquização das populações.¹⁰

Os consumidores falhos e a vida adulta

A preocupação em compreender o significado da vida adulta nas sociedades contemporâneas tem ocupado um espaço cada vez maior na mídia impressa e nos programas de rádio e televisão interessados em realçar novos padrões de comportamento. Trata-se, no entanto, de um tema ainda pouco estudado nas investigações de cunho propriamente acadêmico. O destaque nessa produção é dado aos temas relacionados com jovens e crianças e, mais recentemente, com a velhice e terceira idade,¹¹ mas pouco sabemos do segmento que ainda não se aposentou e tem filhos considerados adultos.

Na introdução de seu livro *Passagens – crises previsíveis da vida adulta*, Gail Sheehy (1991), de maneira jocosa, faz as seguintes considerações antes de tratar das várias etapas em que se desdobram os estágios mais avançados da vida:

¹⁰ Para uma análise detida da importância da noção de biopoder deste autor para o estudo do curso da vida e dos grupos e das categorias de idade, ver Debert (1999).

¹¹ Sobre a terceira idade, ver o conjunto de autores da coletânea organizada por Barros (1998) e o número expressivo de revistas de gerontologia.

Os estudos de desenvolvimento infantil já descreveram todas as nuances do crescimento e nos proporcionaram rótulos convenientes, como “idade terrível”, com referência aos dois anos, e “idade do barulho”, com relação aos nove. A adolescência já foi decifrada a tal ponto que perdeu a maior parte do encanto de ser um período difícil. Entretanto, depois de uma documentação meticulosa de nossos períodos de desenvolvimento da personalidade, até a idade de 18 ou 20 anos, não há mais nada. Passada a marca dos 21 anos, com exceção dos médicos, que se interessam apenas em nossa gradual decadência física, ficamos sem ter orientação na viagem declinante em direção à senectude, ponto esse em que passamos *a ser acompanhados pelos gerontologistas*. (Sheehy, 1991, p. 14, grifo da autora).

Esse livro, à maneira dos manuais de autoajuda,¹² tem como objetivo desmistificar o jargão profissional e “colocar uma arte vivida e saneadora de auto-exame ao alcance de pessoas que [...] estavam se descobrindo presas dos espinhos do crescimento mas que, sem disporem de um guia, culpavam a si ou a outras pessoas” (Sheehy, 1991, p. 14).

Nele, a vida adulta é segmentada em quatro períodos sucessivos – os 20 e “a penosa destruição das raízes”; os 30, “o ardil-30”; os 40, “o enraizamento e a expansão”; e os 50 e “a década fatal”.¹³ Com base em 115 entrevistas com indivíduos das classes médias americanas, problemas específicos a cada uma dessas etapas e formas inovadoras de resolvê-los são descritos. Publicado nos Estados Unidos em 1976, depois de três anos de pesquisas, o livro se transformou em *best-seller*, abrindo espaço para um número crescente de publicações preocupadas em trazer para o grande público uma visão mais nuançada da vida adulta como um todo ou de uma de suas etapas com seus problemas e soluções.

O horizonte do ser adulto, nessas publicações, já não é mais concebido como envolvendo uma viagem declinante em direção à senectude. A “déca-da fatal” pode ser um período “de renovação ou de resignação” uma época “ao mesmo tempo de perigo e de oportunidade” porque “todos nós temos chance de moldar novamente a estreita unidade com a qual nos definimos na primeira metade da vida. [...] Desfazendo o nosso eu, podemos vislumbrar

¹² Sobre os manuais de autoajuda e a meia-idade, ver Castro (2009).

¹³ Em 1997 a autora publica um novo livro, *Novas passagens* (Sheehy, 1997), em que o número de passagens se amplia e uma atenção redobrada é dada à fase da aposentadoria.

a luz e juntar nossas partes de novo, construindo uma nova personalidade.” (Sheehy, 1991, p. 43).

A expressão “idade da loba” – que Regina Lemos (1995) consagrou no Brasil para descrever a mulher de 40 anos – não deixa dúvidas que essa pode ser a melhor metade da vida. Trazendo relatos de 96 mulheres, essa faixa etária é apresentada como um momento privilegiado para a descoberta de novas potencialidades, para o exercício da sedução, para a estreia no papel de mãe ou de profissional, para a inauguração de novos projetos e realização de outros que tiveram que ser adiados.

Como mostra Anthony Giddens (1992a), falar em ciclo da vida perde sentido na modernidade, uma vez que as conexões entre vida pessoal e troca entre gerações se quebram. Nas sociedades pré-modernas, a tradição e a continuidade estavam estreitamente vinculadas às gerações. O ciclo de vida tinha forte conotação de renovação, pois cada geração redescobria e revivia modos de vida das gerações predecessoras. Nos contextos modernos, o conceito de geração só faz sentido em oposição ao tempo padronizado. As práticas de uma geração só são repetidas se forem reflexivamente justificadas. O curso da vida se transforma em um espaço de experiências abertas, e não de passagens ritualizadas de uma etapa para outra. Cada fase de transição tende a ser interpretada pelo indivíduo como uma crise de identidade, e o curso da vida é construído em termos da necessidade antecipada de confrontar e resolver fases de crise.¹⁴

Essa adolescentização do curso da vida adulta emerge num contexto marcado pelo “projeto reflexivo do eu”, que, de acordo com Giddens (1992b), não representa um fechamento em relação ao mundo, como supõe a ideia de uma cultura narcisista. Pelo contrário, as mudanças identificadas estariam abrindo possibilidades para experiências mais gratificantes, para relacionamentos mais satisfatórios e igualitários com os outros, em sintonia com uma sociedade democrática. Desse ponto de vista, olhar para a adolescentização das etapas da vida seria aplaudir o lado gratificante da experiência contemporânea que encoraja a diversidade.

¹⁴ Para uma discussão do conceito de gerações e suas implicações nas políticas públicas, ver Biggs (2007), e para a relação entre geração e subjetividades coletivas, ver Domingues (2002).

Para autores como Jean-Pierre Boutinet (1995), em *L'adulte en question(s) face aux défis d'une culture postindustrielle*, pensar nas características da vida adulta contemporânea é, pelo contrário, traçar um quadro sombrio. A ideia de autonomia que caracterizava essa etapa é substituída pela situação de precariedade e dependência que marca a formação profissional que deve ser ininterruptamente continuada, a perda do emprego, as crises pessoais envolvidas em um sem número de escolhas sempre presentes. O mundo, de acordo com esse autor, assiste por um lado a uma liberação precoce dos indivíduos da situação infantil e adolescente (com a diminuição da idade de maioridade cívica, por exemplo,) e, por outro, a uma infantilização da vida adulta. O adulto é ameaçado de dupla precariedade: de um lado uma juventude interminável, de outro a aposentadoria precoce, por essa razão, o “adulto ativo é cada vez mais um ideal e cada vez menos uma realidade” (Boutinet, 1995, p. 90, tradução minha). Quando as esferas ideológicas e religiosas, a família e a profissão não se constituem mais em polos de identificação, conclui o autor, a desilusão pode assumir formas variadas que vão desde a indiferença até o famoso *burn out*, a exaustão do profissional num ativismo desenfreado.

Para Mike Featherstone (1994), a “estetização da vida” própria da cultura pós-moderna tem uma marca geracional precisa: a geração 45, os *baby boomers*, no momento em que entraram na meia-idade. A visão do declínio da vida pública e da tirania da intimidade que produz uma cultura em que impera o narcisismo – como querem Christopher Lasch (1991) e Richard Sennett (1988) – ou, pelo contrário, da alta modernidade como envolvendo um projeto reflexivo do eu em sintonia com uma sociedade mais democrática – como sugere Anthony Giddens (1992a) – é para Featherstone uma expressão típica dos *baby boomers*, que foram ativos na recriação de valores e estilos ao longo das etapas pelas quais passaram e que hoje não estão apenas empenhados na redefinição dos estágios mais avançados da vida, mas também, nessa tarefa, ocupam posições-chave na produção, divulgação e consumo de bens identificados com a pós-modernidade. A marca característica desses bens – que leva autores como Giddens a enfatizar seu caráter libertário e afinado com uma sociedade mais justa – é a promessa de que é possível escapar de todo tipo de determinismos, e, portanto, dos constrangimentos e dos estereótipos, das normas e dos padrões de comportamento baseados nas idades.

Tratar dessas questões é um convite para estudos mais minuciosos sobre diferentes coortes geracionais. Seria, contudo, ilusório pensar que essas

mudanças são acompanhadas de uma atitude mais tolerante em relação às idades. A característica marcante desse processo é a valorização da juventude que é associada a valores e a estilos de vida e não propriamente a um grupo etário específico. A promessa da eterna juventude é um mecanismo fundamental de constituição de mercados de consumo.

O curso da vida como construção social e cultural não pode ser entendido como algo que os seres humanos podem fazer e refazer, um processo que não impõe limites à criatividade e ao qual qualquer sentido pode ser atribuído. É preciso olhar, com mais atenção, para os limites que a nossa sociedade coloca à nossa capacidade de inscrever a cultura na natureza. O rejuvenescimento é um mercado de consumo no qual o envelhecimento tende a ser visto como consequência do descuido pessoal, da falta de envolvimento em atividades motivadoras, da adoção de formas de consumo e estilos de vida inadequados. A oferta constante de oportunidades para a renovação do corpo, das identidades e autoimagens encobre os problemas próprios do avanço da idade. O declínio inevitável do corpo, o corpo ingovernável que não responde às demandas da vontade individual, é antes percebido como fruto de transgressões e por isso não merece piedade.

Certamente o nosso leque de escolhas é ampliado quando as identidades implicam tomadas de decisões biográficas e quando o corpo pode ser amplamente formatado de modo a produzir a aparência desejada.

É preciso reconhecer, no entanto, que se a responsabilidade individual pela escolha é igualmente distribuída, os meios para agir de acordo com essa responsabilidade não o são. A liberdade de escolha, mostra Bauman (1998) com toda a razão, é um atributo graduado, e acrescentar liberdade de ação à desigualdade fundamental da condição social, impondo o dever da liberdade sem os recursos que permitem uma escolha verdadeiramente livre pode ser uma receita para uma vida sem dignidade, repleta de humilhação e autodepreciação.

A história brasileira, como vimos, foi marcada por um amadurecimento prematuro de sua população e pela valorização do “ar sisudo e senil”, tal como a propaganda do creme Barbalho prometia garantir. Assistimos, no entanto, a uma dissolução do adulto que ganha significados distintos numa sociedade altamente hierarquizada como é a brasileira. Ora é um problema de consumidores incapazes de adotar estilos de vida para garantir a eterna jovialidade, ora é algo que se idealiza exclusivamente para os pobres. Idealização essa que se

lamenta irrealizável, posto que a gravidez na adolescência de suas meninas e o envolvimento de seus meninos na violência urbana servem como uma explicação social para fantasia tão desejada e inatingível de uma etapa da vida dos mais pobres caracterizada pela maturidade, responsabilidade e compromisso.

Referências

ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1991.

BARROS, M. M. L. de. (Org.). *Velhice ou terceira idade?* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

BAUMAN, Z. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BIGGS, S. Thinking about generations: conceptual positions and policy implications. *Journal of Social Issues*, v. 63, n. 4, p. 695-711, 2007.

BOUTINET, J.-P. L'adulte en question(s) face aux défis d'une culture postindustrielle. *Dialogue: Recherche Cliniques et Sociologiques sur le Couple et la Famille*, n. 127, p. 89-97, 1995.

CACHIONI, M. *Quem educa os idosos: um estudo sobre professores de universidades da terceira idade*. Campinas: Alínea, 2003.

CASTRO, T. P. *Auto-ajuda e a reificação da crise da meia-idade*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)—Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

DEBERT, G. G. *A reinvenção da velhice*. São Paulo: Edusp, 1999.

DEBERT, G. G. O velho na propaganda. *Cadernos Pagu*, n. 21, p. 133-155, 2003.

DEBERT, G. G.; SIMÕES, J. de A. A aposentadoria e a invenção da terceira idade. In: DEBERT, G. G. (Org.). *Antropologia e velhice*. Campinas: Unicamp, 1994. p. 31-48. (Textos Didáticos, 13).

DOMINGUES, J. M. Gerações, modernidade e subjetividade coletiva. *Tempo Social*, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 67-89, 2002.

EISENSTADT, S. N. *De geração a geração*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

ELIAS, N. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

FEATHERSTONE, M. O curso da vida: corpo, cultura e imagens do processo de envelhecimento. In: DEBERT, G. G. (Org.). *Antropologia e velhice*. Campinas: Unicamp, 1994. p. 7-27. (Textos Didáticos, 13).

FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, 29 set. 1991. Caderno Mais!, p. 5.

FREYRE, G. *Casa-grande e senzala*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FUREDI, F. Não quero ser grande. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 25 jul. 2004. Caderno Mais!, p. 4-7.

GIDDENS, A. *As transformações da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo, Editora da Unesp, 1992a.

GIDDENS, A. *Modernity and self identity: self and society in the late Modern Age*. Cambridge: Polity Press, 1992b.

GRÜN, R. Fundos de pensão no Brasil do final do século XX: guerra cultura, modelos de capitalismo e os destinos das classes médias. *Mana*, v. 9, n. 2, p. 7-38, 2003.

GUERREIRO, P. *A Universidade para a Terceira Idade da PUCCAMP*. Monografia (Graduação)–Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

HELD, T. Institutionalization and deinstitutionalization of the life course. *Human Development*, v. 29, n. 3, p. 157-162, 1986.

KIDDER, D. P.; FLETCHER, J. C. *Brazil and the Brazilians*. Philadelphia: Childs & Peterson, 1857. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=4TgTAAAAYAAJ&printsec=frontcover&source=gbs_atb#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 15 jan. 2010.

KOHLI, M.; MEYER, J. Social structure and social construction of life stages. *Human Development*, v. 29, n. 3, p. 145-149, 1986.

LASLETT, P. The emergence of the third age. *Aging and Society*, n. 7, p. 133-160, 1987.

LASCH, C. *Refúgio num mundo sem coração – a família: santuário ou instituição sitiada?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

LEMOS, R. *Quarenta: a idade da loba*. São Paulo: Globo, 1995.

LENOIR, R. L'invention du "Troisième Age": constitution du champ des agents de gestion de la vieillesse. *Actes de la Recherche en Science Sociales*, n. 26, p. 57-84, 1979.

LIMA, M. A. *A gestão da experiência de envelhecimento em um programa para a Terceira Idade*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)– Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

MACHADO, A. Paradoxo do Consumo. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 20 set. 1998. Caderno Mais!, p. 5.

MEYROWITZ, J. *No sense of place: the impact of electronic media on social behavior*. Oxford: Oxford University Press, 1985.

MOODY, H. R. Overview: what is critical gerontology and why is it important?, In: COLE, T. R. et al. (Org.). *Voices and visions of aging: toward a critical gerontology*. New York: Springer, 1993. p. xv-xvi.

PEIXOTO, C. E.; LUZ, G. M. De uma morada à outra: processos de re-coabitação entre as gerações. *Cadernos Pagu*, n. 29, p. 171-191, 2007.

SENNET, R. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SHEEHY, G. *Passagens: crises previsíveis da idade adulta*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

SHEEHY, G. *Novas passagens*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

SIMÕES, J. de A. *Entre o lobby e as ruas: movimento de aposentados e politização da aposentadoria*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)—Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

SEVCENKO, N. O grande motim. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 20 set. 1998. Caderno Mais!, p. 5.

STUCCHI, D. O curso da vida no contexto da lógica empresarial: juventude, maturidade e produtividade na definição da pré-aposentadoria. In: BARROS, M. M. L. *Velhice ou terceira idade?* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1998. p. 35-48.

Recebido em: 25/02/2010

Aprovado em: 05/06/2010